



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**



RELATÓRIO FINAL

1 - IDENTIFICAÇÃO

- GRANDE ÁREA CNPQ: Ciências Sociais Aplicadas
- ÁREA CNPQ: Comunicação
- TÍTULO DO PROJETO: Imagem pública e crise – estratégias discursivas no governo Lula.
- PROFESSOR ORIENTADOR: Maria Dalva Ramaldes
- TÍTULO DO SUB-PROJETO: A crise política no governo Lula pelos jornais capixabas
- BOLSISTA: Ezequiel Vieira Machado
- CURSO: Comunicação Social

A CRISE POLÍTICA NO GOVERNO LULA PELOS JORNAIS CAPIXABAS

A questão fundamental proposta visa a compreender de que forma a imagem do Governo Federal foi construída pela mídia capixaba – tomada aqui pela A Gazeta e A Tribuna – a partir das crises do “Mensalão” e dos “Correios”, utilizando como recurso teórico-metodológico a Semiótica Discursiva. Selecionando as notícias publicadas no período de 19 de maio de 2005 a 30 de junho do mesmo ano, nos baseamos na análise de capa, o *discurso vitrina* de um jornal, pois acreditamos que os elementos textuais e as estratégias discursivas desse *discurso* estariam bem mais evidentes em um momento em que o desdobramento das denúncias de corrupção no governo Lula passou a fazer parte da agenda midiática. Mesmo com um discurso midiático ambíguo, podemos afirmar que a pessoa do presidente Lula foi preservada e que ele emerge com um *saldo positivo*. O mesmo não ocorre com a imagem do Governo - não dissociado pelos jornais do Partido dos Trabalhadores – para o qual a desqualificação por incompetência e corrupção se manteve constante. Ficou bem demarca a diferença entre Lula e Governo. É este último quem surge como o sujeito que tenta, mas não consegue, impedir as investigações das denúncias que vão surgindo. Identifica-se um discurso moralista quanto ao *deve fazer* da atividade política, no qual o jornal se posiciona como um guardião de contratos legitimado pela sanção pragmática do leitor operada pela aquisição contínua de um mesmo jornal. (Agência: Petrobras)

2 – INTRODUÇÃO

A questão fundamental proposta visa a compreender de que forma a imagem do Governo Federal foi construída pela mídia a partir das crises do "Mensalão" e dos "Correios", utilizando como recurso teórico-metodológico a Semiótica Discursiva. Interessa-nos, sobretudo, a análise das relações entre enunciador¹ e enunciatário², pressupostas pela existência dos enunciados jornalísticos. Para a Semiótica, os sentidos dos textos são recuperáveis pela análise do que ele diz e dos modos como diz. Assim, não vamos buscar a intencionalidade do enunciador, mas as marcas deixadas no texto jornalístico, identificando, a partir de suas escolhas, sua visão de mundo e o simulacro que faz de seu enunciatário-leitor.

A presente pesquisa tem como objeto os procedimentos enunciativos no jornalismo diário, buscando identificar, especificamente, neste percurso de Iniciação Científica, a maneira pela qual cada jornal da Capital - A GAZETA E A TRIBUNA -, individual e comparativamente, noticiou a crise política no governo Lula desde a primeira matéria relacionada às denúncias de corrupção nos Correios e de pagamento de um "Mensalão" à bancada federal aliada ao governo Lula.

Selecionamos as capas como objeto de estudo porque é por meio delas que um veículo de comunicação impresso atrai a atenção sobre o conteúdo oferecido nas páginas internas. O significado desta ação pode ser metaforizado como discurso vitrina, forma final de concretização de um texto com elementos verbais e não-verbais (DEMETRESKO, 2001). Para o autor, é de responsabilidade de uma capa ser sedutora e capaz de persuadir o público, o que muitas vezes a torna sensacionalista, ao intensificar o apelo emocional e estético e minimizar o caráter informativo daquilo que é noticiado. Acreditamos que os elementos textuais e as estratégias discursivas desse *discurso vitrina* estariam bem mais evidentes em um momento em que o desdobramento das denúncias de corrupção no governo Lula passou a fazer parte da agenda midiática.

O nosso direcionamento fundamental se pauta no pressuposto de que a criação do "fato jornalístico" é sustentada por mecanismos de fabricação de identidades individuais e coletivas e de que não existe uma relação direta entre atribuições de identidade e o mundo dito como real. Entre um e outro há uma mediação constituída pelos processos de assimilação e composição simbólica, o que inclui, principalmente, as estratégias de mediação lingüístico-discursivas. Tais identidades, construídas no discurso, servem de referentes para a sociedade, criando ou reforçando estereótipos.

Gomes (2004) reforça esse pressuposto aqui adotado quando lembra que "a imagem pública nos chega como nos chega o mundo: mediado pelo sistema institucional e expressivo da comunicação, instrumento predominante onde e por onde se realiza a visibilidade social" (p.264). O autor afirma também que "não há neutralidade, mas interferência - e esta não pode deixar de modificar estruturalmente o modo de existir deste que é o objeto da imagem pública. Essa imagem pública não pode ser idêntica à imagem pública circulante numa experiência comunitária", pois "mesmo quando a intenção é a neutralidade, é possível captar as marcas da enunciação, que permitem observar a presença do enunciador filtrando valores e tudo o que é dito no discurso" (BARROS citado por RALMADES, 1997, p.13).

POLÍTICA, MÍDIA E ESPETÁCULO

¹ Enunciador: desdobramento do sujeito da enunciação, cumpre os papéis de destinador do discurso e será sempre implícito no texto, nunca nele manifestado. Obs.: As definições técnicas da Semiótica Discursiva foram retiradas do *Vocabulário Crítico* do livro Teoria Semiótica do Texto (p. 85-90) da autora Diana Luz Passos

² Enunciatário: cumpre os papéis de destinador do discurso

A mídia ocupa um espaço privilegiado no cenário social ao constituir-se como espaço público fundamental na sociedade contemporânea. A construção do temário e os diferentes modos de operar o discurso jornalístico são pautados por um contrato implícito entre o enunciador (os veículos, no caso) e o enunciatário (leitor, telespectador, ouvinte) orientado por regras que busquem garantir a legitimidade das informações a partir de uma postura que *faz crer* numa isenção dos profissionais que lidam com a atividade.

Para que haja essa construção cotidiana, o suporte comunicacional aciona diversos procedimentos visando à produção de enunciados. Por enunciação jornalística entendemos o processo de funcionamento da linguagem verbal e não-verbal, através do acionamento de estratégias discursivas específicas tanto do campo da imprensa quanto à experiência pessoal do repórter. Dessa maneira, a seleção que um jornal faz do que será noticiado – principalmente em sua capa, seu *discurso vitrina* – revela o seu perfil enquanto enunciador, como do leitor, seu enunciatário.

Cada jornal, a partir de uma opção enunciativa, define seu modo de presença junto à sociedade através do que chama de linha editorial, em consonância com o público ao qual serve. É o que estabelece a identidade de cada jornal, a partir da competência temática que explicita (RAMALDES, 1997, p 4).

No caso específico desta pesquisa, isso pôde ser percebido quando ficou evidente a significativa referência que A Gazeta fez à crise política no governo Lula, enquanto A Tribuna, em sua capa, praticamente continuou com seu perfil temático tradicional priorizando as chamadas policiais e as de oportunidades de emprego. A maioria das vezes em que este jornal se referiu à crise foi através de chamadas para os colunistas Cláudio Humberto, Miriam Leitão e Élio Gaspari, que vinham ao final da abertura da matéria principal. Vale ressaltar que nesse estudo optamos pelas notícias caracterizadas pelo gênero informativo.

PERÍODO SELECIONADO: 19/05/05 A 30/06/05	QUANTIDADE DE JORNAIS ANALISADOS A PARTIR DAS REFERÊNCIAS DIRETAS À CRISE	MANCHETES	CHAMADAS	CHAMADAS COM TEXTO DE ABERTURA	CHAMADAS PARA COLUNISTAS
A Gazeta	39	6	7	26	5
A Tribuna	12	1	1	0	12

Rothberg (2005) cita Street para dizer que os relatos jornalísticos da política são como peças que seguem modelos ficcionais. “A mídia de massa não ‘cobre’ simplesmente eventos observáveis e reporta fatos; ela os anima, transformando-os em narrativas com atores”. Esse modo de reportar, segundo o autor, seria similar aos recursos empregados pelo cinema.

Os filmes usam artifícios do cinema para contar uma história, criando personagens em um mundo factível; as notícias fazem serviço semelhante para os eventos sob seu foco. Os repórteres também contam histórias. Elas descrevem a busca de ambições políticas, as realidades e os pactos, as fragilidades humanas e força de vontade. Carreiras políticas às vezes assumem formas épicas, acabando em tragédia ou triunfo, mais frequentemente, tomam o aspecto de novela. (STREET citado por ROTHBERG)

Rothberg também afirma que todos os eventos, mesmo a própria noção de ‘evento’, são produto de uma moldura ideológica que cria ordem a partir de um número infinito de observações ou impressões. Nesse

sentido, ganha relevância questão de que antes de serem comunicáveis, as informações devem se formatar em uma organização lógica que assuma contornos de uma história que mereça ser contada.

A partir dessa hipótese, a política é contada como uma história uma vez que isso facilita a tarefa de ligar elementos que, de outra forma, dificilmente poderiam ser percebidos fora da complexidade que os delimita de fato.

Lima (2001) diz que a mídia passou a exercer algumas atividades que tradicionalmente pertenciam aos partidos, como definir o que é de interesse público, fiscalizar e pautar o governo. O autor lembra que a mídia desempenha hoje funções como pautar a agenda pública dos temas relevantes para a discussão na esfera pública, gerar e transmitir informações políticas, exercer a crítica das políticas públicas e canalizar as demandas da população junto ao governo. Neste processo de transformações sociais, a mídia passou a ser responsabilizada por mudanças profundas na própria natureza do processo político. Afirma-se que ela tem contribuído para uma espetacularização da política e que muitos políticos começam a pautar suas ações considerando sua posição na mídia.

Esse cenário localiza um dos pontos da rede de poder da comunicação: o poder de construir a realidade por meio da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana. Neste processo de representação, construção e significação da realidade, a mídia contribui para a elaboração de certos climas ou certas atmosferas sociais.

MEMÓRIA DA CRISE³

A crise no governo Lula é desencadeada a partir das denúncias de corrupção nos Correios que começaram a ser publicadas pela revista *Veja* (edição 1.905, de 18/5) e por um documento apresentado pelo *Fantástico* (Rede Globo, domingo, 15/5). Na ocasião a revista apresentou uma conversa gravada com empresários na qual Maurício Marinho, chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, dizia cobrar propina em nome do deputado Roberto Jefferson (RJ), presidente do PTB, partido da base aliada ao governo.

Acuado e sem ajuda de ninguém, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* (06/06/05), Roberto Jefferson diz que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, pagava uma mesada de R\$ 30 mil a parlamentares do PP e do PL em troca de apoio ao governo no Congresso. Jefferson afirma que a referida mesada, para a qual ele criou a alcunha de “*mensalão*”, teria sido paga até janeiro, e só acabou depois de o presidente ter sido informado de sua existência pelo próprio deputado.

Em nova entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* (11/06/05), Roberto Jefferson reafirma a existência de um esquema de mesada aos deputados, alegando que o “*mensalão*” era pago em dinheiro vivo e provinha de estatais e empresas privadas, acrescentando que era transportado em malas por dois operadores: o líder do PP na Câmara, deputado José Janene (PR), e o publicitário, Marcos Valério, dono das empresas DNA Propaganda e SMPB, ambas de Belo Horizonte. Em depoimento no Conselho de Ética da Câmara, Roberto Jefferson, acusa a cúpula do PT e o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de comandarem um esquema de corrupção que vai do “*mensalão*” à formação de caixa dois para campanhas eleitorais de aliados. Entre os petistas acusados estão o secretário-geral Silvio Pereira; o presidente nacional do PT, José Genoíno; o secretário de

³ O percurso da crise foi adaptado a partir do resumo apresentado no trabalho *A crise política no Governo Lula sob a ótica de Veja e Carta Capital* apresentado no GT 02 – Produção Editorial do Intercom Sudeste 2006. Autores: Neusa Fumie Nishida e Sílvia Olga Knopler Santana

Comunicação do partido, Marcelo Sereno; além do tesoureiro Delúbio Soares. Ainda segundo Jefferson, o PTB participava do esquema e a negociação com o partido teria sido feita pelo presidente do PT, José Genoíno, e a entrega do dinheiro pelo tesoureiro Delúbio Soares.

No dia 14 de junho, depois do depoimento de Jefferson, a revista *Isto É Dinheiro* publicou uma entrevista com a ex-secretária do publicitário Marcos Valério. Fernanda Somaggio relatou como *malas de dinheiro* eram retiradas do Banco Rural, por ordem do publicitário, para suposto pagamento de propina a integrantes do governo. Desgastado pelas denúncias, José Dirceu se afasta do governo no dia 16 de junho de 2005. No dia 4 de julho, o secretário-geral do PT, Silvio Pereira, pede licença da executiva nacional do partido para se defender das acusações. Um dia depois é a vez de Delúbio Soares.

Em entrevista ao Jornal Nacional, Marcos Valério confessa ter armado o esquema de financiamento do PT e que fez isso a pedido do tesoureiro Delúbio Soares. Extratos do Banco Rural, enviados à CPI dos Correios, revelavam que parlamentares do PT, PL e PP, entre outras pessoas, faziam saques em dinheiro vivo das contas das empresas do publicitário Marcos Valério, reforçando os indícios de que o esquema financiava um tipo de "mensalão".

3 - MATERIAIS E MÉTODOS

A proposta inicial do trabalho foi o de produzir um recorte no corpus da pesquisa, optando pelos dois jornais capixabas diários, selecionando as notícias publicadas no período de 19 de maio de 2005 a 30 de junho do mesmo ano. Após a seleção do material e dos conhecimentos teóricos e metodológicos de análise adquiridos através da disciplina *Semiótica e Comunicação*, oferecida em 2005/2 pelo Departamento de Comunicação Social/Ufes, optou-se por uma análise de conteúdo das matérias recortadas das duas publicações jornalísticas, utilizando o percurso gerativo do sentido proposto pelo fundador da Semiótica Discursiva, Algirdas Julien Greimas, a partir de leituras centradas, sobretudo, em obras publicadas por Diana Luz de Barros, José Luiz Fiorin e José Courtés.

O Percurso gerativo do sentido, enquanto percurso metodológico, possibilita a análise em três níveis distintos: o fundamental, o narrativo e o discursivo. Floch (2001) afirma que o nível discurso é a etapa onde a enunciação passa a significar, a partir do momento em que um sujeito⁷, denominado enunciador "seleciona e ordena as virtualidades oferecidas pelo sistema".

É aí que o enunciador fixará as grandes oposições que atravessarão toda a obra e garantirão sua homogeneidade; é aí que ele escolherá fazer exercer uma determinada função narrativa por uma ou mais personagens; é aí ainda que ele optará seja por deixar o seu enunciado com um caráter mais figurativo, ou até mais 'verdadeiro' (FLOCH, 2001, p. 16-17)

O mesmo autor demonstra que no nível fundamental se verifica as *diferenças* que fundam a significação e os pressupostos resultantes da relação do efeito de sentido das palavras que regem o percurso da enunciação esquematizado a partir do chamado quadrado semiótico "onde se representa a relação de contrariedade ou de oposição entre os termos e, a partir dela as relações de contradição e de complementariedade" (BARROS, 2002, p. 89). No nível narrativo estão as relações identificadas no nível fundamental e também as transformações de "estado" e de "fazer", com suas combinações e encadeamentos.

Considerando que as escolhas enunciativas eram o alvo prioritário para identificar o perfil do governo e do presidente construído pelos dois jornais, a atenção analítica foi concentrada no nível discursivo. Examinou-se então, as relações do enunciador com o enunciado, a partir dos modos de projeção nos discursos publicados e as relações argumentativas utilizadas para persuadir os enunciatários-leitores sobre a verdade e a realidade do próprio discurso jornalístico.

Observando a construção semântica como marcas enunciativas, conforme o objetivo do trabalho, partimos para a análise visando identificar o perfil semiótico atribuído ao governo e ao presidente Lula pelos dois jornais e que vai refletir a imagem pública construída pela mídia local. Mais precisamente, identificou-se os mecanismos de qualificação e de desqualificação do governo utilizados pelos dois jornais a partir das escolhas enunciativas de verbos, advérbios, adjetivos, conjunções etc.

4 – RESULTADOS

Com o selo “*Denúncia de Corrupção*” (19/05) A Gazeta, em expõe em seu discurso-vitrina uma chamada para as denúncias de corrupção no governo Lula “*Pedida a abertura da CPI dos Correios*”. A primeira chamada cita que o presidente Lula “*ainda tentou convencer os líderes partidários a desistir da CPI*”. Enfatizou, tanto na linha fina quanto no começo do texto de chamada, a quantidade de senadores e deputados da oposição – 44 e 222, respectivamente – que assinaram o documento “... *para investigar o esquema de Corrupção nos Correios*” (grifo meu). O efeito de sentido produzido é o de que Lula – sujeito⁴ que sabia e tinha a competência de *poder-fazer* (evitar), mesmo que eticamente não devesse – falhou e não conseguiu impedir que fosse apresentado o documento de abertura da CPI dos Correios.

Na linha fina da chamada do dia 20/05 o mesmo jornal anuncia que a “*CPI dos Correios será criada na quarta-feira*”. Lula sai de cena e, por esta edição, foi o governo quem “*tentou mas não conseguiu barrar início das investigações*” (grifo do jornal). Já é possível perceber uma mudança do ator que pela enunciação do jornal, durante quase todo o percurso analisado, passará a ser o sujeito do fazer no sentido de impedir e/ou atrasar o trabalho das CPIs que serão pedidas. É interessante constatar que a expressão *o Governo* passa a designar o ator, no nível discursivo, sendo narrativamente atribuído a este sujeito a ação sem efeito de acordo com a intenção pretendida, revelada semanticamente pela utilização da conjunção adversativa **mas** e pelo advérbio de negação **não**.

Observamos que, sem citar explicitamente o presidente Lula, é o governo quem aparece de novo como sujeito manipulador na tentativa de evitar a CPI “*O Palácio do Planalto pressionou, ofereceu cargos e verbas, mas foi em vão: a CPI dos Correios deverá ser criada na quarta-feira no Congresso*”. Nesse trecho do texto de abertura é reforçada a idéia da ação que não se concretiza - mesmo o governo tendo pressionado e tentado a oposição com cargos e verbas, que aparecem como objetos de valor de troca. Considerando que o legislativo tem a competência do dever legislar em consonância com os interesses da nação como eleitora, a imagem do governo é negativada, pois este aparece como um sujeito que contraria a vontade (o querer) do eleitor, tentando mudar a ação natural esperada do legislativo, outro sujeito que tem a obrigação (o dever) de investigar os fatos.

De modo claro, observa-se que o referido jornal produz um efeito de ambigüidade em seu discurso, visto que, na mesma edição, atenua a crítica ao governo ao informar que a CPI vai “*apurar a possível existência do esquema de corrupção*” nos Correios e não *o esquema* – fato considerado como indiscutível na edição anterior.

⁴ Sujeito: é o actante sintático da narrativa que se define pela relação transitiva de junção ou de transformação ao objeto e graças a que o sujeito se relaciona com valores

Em toda a trajetória pública da crise política, em dois momentos do período analisado A Gazeta publica pesquisas sobre a porcentagem de popularidade de Lula. O primeiro momento ocorre no começo de junho (01/06/05), quando o jornal traz a chamada "*Escândalo diminui a popularidade de Lula*". O segundo, em uma construção mais contundente, ocorre na edição do dia 12/06/05: "*Denúncias abalam confiança em Lula*". Enquanto o verbo diminuir denota "tornar menor em dimensões", o verbo abalar tem o sentido de "mover o que está firme, tirar do lugar". Por esse caminho, o jornal sentencia que a confiança em Lula foi atingida em suas bases e que, neste momento, não conta mais com o maciço apoio popular que sempre teve.

Fausto Neto (1994) acrescenta que o uso das pesquisas traz implícito dois comportamentos polares. O primeiro seria o que marca o alto grau de adesão do enunciador ao enunciado e aos efeitos por ele previstos. O segundo teria o efeito de criar o simulacro de distanciamento, pois o processo de edição já traz, implicitamente, um forte componente de caráter avaliativo.

A chamada do dia 21/05 é uma declaração do presidente Lula "*Olhem para a minha cara e vejam se estou preocupado*". Esse mecanismo enunciativo é conhecido semioticamente como um procedimento discursivo de debragem enunciativa que visa criar o efeito de objetividade e *fazer crer* que não houve interferência do jornal no discurso publicado, transferindo a responsabilidade do enunciado para o próprio presidente da República. O emprego das aspas indica uma apropriação do discurso direto de outrem como recurso argumentativo. No caso, servia para marcar a existência de uma contradição, o que se confirma com a leitura do antetítulo e da linha fina, onde, respectivamente, encontram-se expressas as seguintes sentenças: "*Nos bastidores, preocupação com a CPI dos Correios*" e "*Governo tenta evitar investigação, mas o presidente se diz tranqüilo*". Pelo efeito de sentido criado, se o presidente afirma que não está preocupado, não há razão para que seu governo *tente* evitar o início das investigações. A idéia fundamental resultante dessa relação entre o *parecer* e o *não-ser* é a da mentira.

Com o antetítulo "*Corrupção no Governo*" a construção da chamada do dia 23/05 é totalmente diferente: "*Lula pede rigor na apuração das denúncias*". Temos um presidente cuja fala e ação se completam. Antes de viajar para a Coréia ele *interrompe* as férias do ministro da Justiça, *pede* apuração das denúncias no Governo e *orienta* para que ninguém seja protegido. Lula deixa de ser um sujeito que afirma um estado de tranqüilidade e emerge como um sujeito operador, competente eticamente (faz o que deve ser feito), que chega a interromper as férias do ministro da Justiça para orientá-lo no sentido de que, mesmo que seja integrante do governo, ninguém seja poupado.

A partir de então, observa-se que a imprensa capixaba contribui com a estratégia petista que ficou conhecida como "blindagem", qual seja a de separar a imagem do presidente da imagem do partido. Governo e presidente parecem agir claramente de forma oposta, pois, enquanto um (Lula) é o sujeito que pede que tudo seja apurado, o outro ("*ministros e aliados do governo*") é quem, passa "*...o dia em intensa mobilização para tentar retirar... apoios ao pedido de CPI [...] (26/05)*". A utilização do verbo *mobilizar* é um indicativo de preocupação dos setores do governo, visto que denota, semanticamente, o ato de fazer passar do estado de paz para o de guerra, chamando ao serviço ativo as reservas para, imediatamente, entrarem em campanha⁵.

⁵ Dicionário Michaelis. São Paulo: Companhia de Melhoramentos, 2001



A Gazeta faz do noticiário da criação da CPI um simulacro de um palco de guerra em que governo e oposição estão em batalha. O sujeito-governo aparece como um anti-destinador, fonte de valores contrários em relação ao dever fazer do legislativo, por tentar impedir a criação das CPIs. A oposição, de tal modo, surge como um anti-sujeito, aquele que se opõe à ação do outro sujeito, evitando a realização da performance programada. No caso da CPI dos Correios, o jornal destaca que “*de revanche*” a oposição venceu a batalha, pois, além de ter conseguido viabilizar a criação da CPI pôde dizer do PT o mesmo que o partido afirmava enquanto era oposição: o Governo tem culpa porque tentou impedir o início formal das investigações. Na manchete o jornal destaca a performance do Governo e estabelece um perfil de incompetência. Pela palavra *revanche* também pode ser desdobrado o fato de que na oposição, o PT, agora no governo, se caracterizou por liderar todas as CPIs, sob a alegação da prerrogativa parlamentar, independentemente de apurações que outros órgãos realizassem. Ramos (2003) também lembra o fato que o PT promovia atos públicos com o slogan “*Fora FHC!*”, em uma atitude de confrontação contra o governo anterior, igualmente eleito pela maioria eleitora. De tal modo, a postura do governo aparece na cena pública como contraditória, por valer-se dos mesmos métodos e argumentos do governo que criticava.

Com a chamada “*Governo agora quer atrasar trabalho da CPI*” (27/05/05) o jornal concentra-se em um novo percurso narrativo do referido sujeito. A partir dessa edição o governo passa a ser o sujeito que, pelo fato de não ter tido a competência necessária para evitar a criação da CPI dos Correios, agora faz uso de um outro saber e de um outro poder: atrasar o início das investigações e atuar no sentido de conseguir conquistar os cargos de comando da CPI, conforme veremos mais tarde na chamada “*Governo consegue o comando da CPI dos Correios*” (16/06/05).

Em “*Governo tenta parar na Câmara CPI dos Correios*” (28/05/05) é a primeira vez que A Gazeta classifica, diretamente, como “*Operação de Guerra*” a ação do governo para evitar a criação da CPI, assim mesmo entre aspas. É mais comum que as aspas sejam usadas para indicar que uma determinada fala é de um outro sujeito e não do ator da enunciação. Mas quando lemos o texto de abertura vemos que a expressão “*Operação de Guerra*” não está enunciada por ninguém e que, portanto, foi a maneira como o jornal classificou a notícia de que “... os governistas vão tentar hoje inverter a pauta da comissão de Constituição e Justiça da Câmara para que seja votado na frente o recurso do deputado João Leão contra o requerimento de criação da CPI” .

Em “Nova investida – Membros da CPI poderão ser indicados em cinco dias” (03/06/05) A Gazeta dá seqüência às informações sobre as ações governistas no cenário que mais tarde passa a chamar de “Diário da Crise”. Nessas duas seqüências identifica-se modos de enunciar os fatos que buscam preservar a posição do jornal como observadora dos acontecimentos.

Uso a capa do dia 07/06 como exemplo de que o jornalismo não apenas reporta fatos; mas mostra e age segundo determinadas hierarquias e contratos de leitura que estabelecem com seu enunciatário, o leitor. “Não se trata mais de um mostrar em termos de pura referenciação dos acontecimentos, mas de um mostrar agregado de uma capacidade de semantização dos fatos, submetendo-os a escalas de julgamento, ordenando-os segundo ponto de vistas classificatórios” (NETO, A. FAUSTO/CASTRO, P. CÉSAR/LUCAS, RICARDO J. DE LUCENA; 1995, 121).



Temos a “saída” do acontecimento e a emergência do acontecimento-mídia. De modo explícito, deixa de haver um relato das denúncias de corrupção e constatamos como as notícias são construídas segundo o ponto de vista da enunciação.

Sabe-se que o processo de construção da realidade não é internamente livre, na qual o jornalista é meramente um observador, e nem que a notícia emerge livremente do acontecimento do mundo real; as notícias acontecem na conjugação de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento (FAUSTO NETO, 1994, p. 330).

A construção é ambígua, pois, a forma como Roberto Jefferson é posicionado em relação à chamada não permite identificar se a fonte daquela citação é, de fato, o deputado, ou do jornal. “Após longa e tensa reunião no Palácio do Planalto, o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, **confirmou** que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ‘ouviu comentários’ do deputado Roberto Jefferson sobre **o pagamento** de mesada a parlamentares da base aliada”. Vale lembrar que dentre as operações que a imprensa utiliza para construir a enunciação de forma neutra, a delegação do discurso a outras vozes é uma das mais freqüentes. Ao utilizar falas de outros atores sociais, comumente, cria-se o efeito de sentido de imparcialidade, camuflando a presença do enunciator, o jornal coloca-se socialmente como o lugar de falas alheias.

A construção *Lula sabia* é aceita a partir de uma suposta declaração do ministro Aldo Rebelo que é dada como prova (*confirmou*) de que as denúncias correspondem aos fatos. Se apenas a manchete for lida o efeito de sentido é o de um enunciado sem atribuição de falas, como se "fato" se narrasse autonomamente. Nesse caso, a impressão é a de que uma verdade estabelecida se consolidou. Constata-se ainda que A Gazeta sanciona negativamente Lula e seu governo e impõe a esse sujeito um *dever-fazer* "*As novas acusações tornaram irreversível a abertura da CPI para investigar a Corrupção nos Correios*". Mesmo sem as investigações terem começado, e com base em declarações, a manchete *quer-fazer-criar* na veracidade de que houve "*o pagamento de mesada a deputados da base aliada*". As denúncias de corrupção nos Correios passam da classificação de *Denúncias de Corrupção e Fraudes nos Correios* para "*a corrupção nos correios*".

Vale lembrar Marcushi (1991, p. 79) quando diz que ao se informar a opinião alheia é possível levá-la a dizer algo que não disse. No texto de abertura A Gazeta já muda o seu discurso de certeza e passa a transferir a responsabilidade do *Lula sabia* "*Segundo o ministro Aldo Rebelo, Jefferson falou sobre o assunto apenas 'de passagem e de forma genérica'...*". Marcushi reitera que este tipo de manipulação é chamada de manipulação implícita - quando os verbos introduzem opiniões sem um comentário adicional. "É interessante notar como as palavras de fontes do Governo são relatadas sancionadoramente, sendo opiniões muitas vezes tratadas como fatos".

... os procedimentos que usa o jornalista para conseguir o 'balance', o equilíbrio (necessários para se alcançar a objetividade em suas informações), não passam de meros recursos de verossimilhança; buscam apenas ocultar a presença do jornalista (...). A atribuição a terceiros das próprias opiniões, ou o uso de opiniões alheias para referendar as próprias, o recurso às regras de impessoalidade (...) só visam encobrir a medição. Com esses procedimentos de constrói a parte intocável e sagrada do jornal. As seções informativas constituem uma realidade na qual o leitor deve crer, uma vez que lhe é proporcionada como se fora a realidade. (SANCHEZ citado por BARROS FILHO, 2003, p. 81)

Ainda na manchete do dia 07/06, Jefferson aparece com microfones direcionados a ele e no antetítulo da chamada "*Crise no Governo do PT*" a sigla do partido dos trabalhadores é grafada sobre uma estrela estilhaçada. Tal construção discursiva permite evocar a fala de Ramos (2003, 12) em um artigo no qual analisou a capa da revista *Istoé* sobre uma outra denúncia que envolveu o PT - a de que o ex-subsecretário de assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz, que durante as eleições de 2002 dirigia a Loterj, teria participado de negociações com o bicheiro Carlinhos Cachoreira. Ramos pondera que a denúncia adquiriu maior repercussão pelo fato de o PT haver construído a imagem de um partido compromissado com a "*bandeira tríplice da ética, da mudança e da esperança*". Com essa *bandeira tríplice* a autora ressalta que o partido sempre "*exigiu cpis, fez importantes denúncias de corrupção e questionou inúmeras decisões de governos anteriores*". Esse fato ajudaria a explicar a estratégia enunciativa do jornal para *fazer-criar* que o símbolo do partido estaria em cacos. O efeito de sentido dessa capa é persuadir o leitor, fazendo-o crer que o PT violou o seu discurso-eixo e que, por isso, sua estrela foi quebrada.

A manchete abaixo, em aspas, é utilizada em conformidade à afirmação de Barros Filho (2003) de que a informação jornalística pode fazer crer numa representação do real desmidiatizada, ou seja, sem que a subjetividade inerente a todo processo de codificação fique notável.



Na linha fina de "Dirceu pode fazer Lula virar réu". A Gazeta diz que "Roberto Jefferson reforça acusações, preserva Lula e não mostra provas". É significativo constatar o efeito de sentido de dúvida depreendido dessa chamada "Num depoimento marcado por muita contundência e nenhuma prova, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) acusou seis líderes partidários de envolvimento com o mensalão, e integrantes do Governo e do PT de participação no suposto esquema de compra de deputados em troca de votos". O jornal destaca a posição de Jefferson como um sujeito acusador, mas que fica devendo o ônus da prova. Há espaço até para mostrar que "O deputado confessou abertamente dois crimes – o recebimento de R\$ 4 milhões na campanha eleitoral ... e o uso de cargos públicos em estatais para reforçar o caixa do partido". Na última vez em que A Gazeta trouxe Roberto Jefferson na capa, ele estava cercado por microfones e olhava para uma chamada sem aspas que foi dada como fato consumado e cujo conteúdo enunciado foi capaz de rachar a estrela do PT: "Lula sabia que deputados recebiam mesada".

A diferença fundamental entre essas duas manchetes é que na primeira Lula aparece como um sujeito omissos (deve fazer, mas não faz) que sabia "de mesada a parlamentares da base aliada" e que não fez o que deveria fazer: evitar a continuidade da corrupção em seu governo, principalmente para ele e seu partido que sempre apregoaram a moralidade política. Já na segunda manchete (15/06/05), o alvo passa a ser Dirceu e o governo petista, mas Lula é preservado no reforço das acusações feitas por Roberto Jefferson.

A delegação de voz caracterizou a única chamada de capa que A Tribuna trouxe durante o período analisado. Para fazer crer que seu discurso é uma verdade enunciada, o jornal usa o recurso da desembreagem enunciativa – já estudado neste trabalho – e assume o papel de fazer a locução do que foi o depoimento de Roberto Jefferson. Por duas vezes a inserção direta de trechos da fala do deputado:



"Dirceu, se você não sair daí rápido, você vai fazer réu um homem inocente, que é o presidente Lula". "O presidente Lula é inocente, a reação é a reação de traído".

A legenda da foto, em pressuposta imparcialidade, enuncia um resumo do que foi o depoimento de Jefferson "Presidente do PTB garantiu que a cúpula do PT, incluindo Dirceu e José Genoíno, sabia do 'mensalão'".

Diferente do que aconteceu em A Gazeta, pela enunciação de A Tribuna, nem de longe fica pressuposto que o depoimento de Jefferson foi "marcado por muita contundência e nenhuma prova". Junto ao texto que integra a chamada, a foto de Jefferson cria o simulacro dele mesmo como ator do enunciado. É um simulacro porque em um jornal "é preciso depreender o ator implícito a uma totalidade, como um sujeito que não só reorganiza o mundo a seu modo, como é arquitetado pelo próprio discurso" (DISCINI, 2002, p. 254).

O ocultamento da instância enunciativa nem sempre consegue refletir a neutralidade desejada. Segundo Ramaldes, (1997, p. 17) "há escolhas discursivas que revelam a avaliação do enunciador, seja sobre o fato narrado ou sobre os atores inscritos no enunciado". Pela capa desta edição e pela aceitação da fala de Roberto Jefferson ("Presidente do PTB garantiu"), encontra-se em A Tribuna o que também foi identificado em A Gazeta na maior parte das edições estudadas: a aceitação de uma separação entre as figuras do presidente Lula e de seu governo. Observemos trechos impressos na capa do jornal: "... Dirceu e José Genoíno sabia do 'mensalão'" enquanto que o "Presidente Lula é inocente, a reação é reação de traído".

Na manchete "Lula: 'Cortarei na própria carne, se necessário'" (08/06/05) textualmente, Lula é apresentado como o sujeito do fazer operador, que promete investigar as denúncias de corrupção em seu governo "até as últimas conseqüências".

O presidente é modalizado duplamente: por um saber e *poder fazer* decorrente do cargo que ocupa e também por um *dever fazer* pragmático pressuposto na afirmação de que após investigar as denúncias - fará cortes na própria carne (governo, partido), se for o caso. Essa modalização é reforçada pelo enunciado de Lula entre aspas. Uma das funções desse recurso é o de criar o efeito de realidade/verdade e o de reforçar a credibilidade da informação, muito freqüente quando ocorre a referência a fontes legitimadas socialmente.

Quando tomamos a composição da manchete como um todo, identifica-se um conflito entre o texto e a forma como a imagem do presidente é mostrada. O sujeito do texto verbal (que deve/quer/sabe e pode fazer) não é o mesmo da imagem que A Gazeta apresenta. O Lula da imagem é um sujeito preocupado, em conflito com o *dever* e o *dizer* "cortar a própria carne", enunciada na manchete. Toda a chamada é construída sob um fundo vermelho, o que pode remeter tanto à cor símbolo do PT, quanto simbolicamente à sangria que poderá decorrer de quem promete fazer cortes na própria carne para moralizar o governo. Considerando que o vermelho é referente ao PT, o efeito de sentido criado é o de que estão marcadamente desvinculados o presidente e o partido pelo qual ele foi eleito - Lula está de costas para quase todo o retângulo vermelho que compõe a totalidade da manchete.



Se por outro lado constatarmos que o governo não é formado apenas pelo PT e o vermelho poder simbolizar a *sangria anunciada*, um outro efeito de sentido percebido é o de que, das figuras que irão constituir o corte na própria carne, uma se destaca. Do fundo vermelho uma sombra sobreposta ao braço direito de Lula ganha forma. Onze dias depois a identidade dessa sombra parece se revelar - apesar de que, pela forma como A Gazeta construiu o seu discurso-vitrina, não era para ser considerado uma grande surpresa. A capa do dia 17/06/05 é uma imagem de José Dirceu acompanhada de uma manchete em que se recupera a promessa do sujeito do *fazer operador* - o presidente Lula - e *faz crer* que Dirceu é o primeiro de outros personagens (ou sombras) que virão "O primeiro corte na própria carne".

Em nome do resgate da conquista do objeto-valor prometido ao eleitor brasileiro - a ética e a moralidade política - decorre a antecipação do mutilamento pela qual o governo Lula passará ao longo dos meses em que a crise se desenrolará. Se na outra capa é perceptível a dúvida quanto ao fazer do presidente, nessa há uma sanção positiva, pois Lula emerge como um sujeito que cumpre aquilo que promete e toma atitudes de quem governa. Vejamos o texto de A Gazeta, na mesma capa citada:

"Nove dias após o presidente Lula ter dito que o Governo 'cortaria na própria carne' para preservar sua biografia e a do PT, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, anunciou ontem sua saída do cargo. 'Saio de cabeça erguida. Não me envergonho de nada do que fiz' disse em sua despedida. Ex-homem forte do Governo, **eminência parda do presidente no partido e no Planalto** (grifo meu), Dirceu foi um dos principais alvos das denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) sobre o pagamento de um 'mensalão' a deputados da base aliada (...) A demissão é a primeira ofensiva do Planalto diante das denúncias e também o primeiro movimento de uma reforma ministerial que deve ser concluída na próxima semana".

Esse procedimento enunciativo permite retomar a análise feita por Fausto Neto (1994) para uma construção semelhante. Temos um enunciador que, sob o pretexto de informar um fato, produz um comentário em que avalia a complexidade da crise, apontando a hierarquia do processo de demissões e chamando a atenção para o momento em que integrantes vistos como aqueles que "realmente governam" - a revista Veja chegou a dizer que enquanto Lula viaja Dirceu governa - são retirados do governo.



Vale ressaltar os verbos performativos utilizados por A Gazeta e A Tribuna nas chamadas sobre a saída do ministro José Dirceu da Casa Civil. A Gazeta trouxe o caso como manchete e usou o verbo *cortar* - remetendo à fala de Lula de que se fosse preciso, faria cortes na própria carne - e A Tribuna trouxe o mesmo caso como uma das primeiras notas que sempre estão na parte superior do jornal e diz que o ministro *caiu*. O verbo *cair* significa "ir abaixo em virtude do próprio peso; ir ao chão por falta de equilíbrio; ser demitido" enquanto o verbo *cortar* remete a "dividir um corpo em duas ou mais partes por meio de instrumento cortante". Os dois verbos denotam uma ação reflexiva, mas que remete a um sujeito do fazer distinto. Para A Gazeta a disjunção de Dirceu de seu objeto-valor (o poder, metaforizado por "eminência parda do presidente no partido e no Planalto") é resultado da ação do presidente Lula, referenciado como o sujeito que agiu e também sofreu "nele" mesmo o resultado dessa ação. Implicitamente, Dirceu emerge como um sujeito interditado - ele *quer, sabe*, mas cujo *poder-fazer* lhe foi retirado.

Em A Tribuna o "corte na própria carne" ganha outro criando o efeito de sentido de que o ministro, pela semântica do verbo empregado, *caiu* devido a seu próprio peso ou falta de equilíbrio. Pela análise de capa de A Tribuna, o pressuposto é o de que a saída de Dirceu do governo deixa de ser uma interdição, mas o resultado da limitação do próprio ministro.

5 - DISCUSSÃO/CONCLUSÕES

A conclusão básica deste projeto foi a de que o jornalismo não pode ser compreendido tão somente como uma atividade de mediação. Gomes (2004) caracteriza a imprensa como mais um ator em disputa na cena política e, nessa direção, Fausto Neto (1994, p. 331) também afirma que “meios de comunicação agem não apenas como mediadores, mas também como operadores na medida em que são protagonistas ativos do próprio processo político”.

O autor lembra ainda que a imprensa “revela, qualifica, chama atenção, ordena, hierarquiza, orienta, dá direção, exorta, significa, adverte” mesmo que ela venha atuando “através de práticas discursivas subordinadas ao pressuposto de neutralidade que, embora desmistificada, colabora para sustentar o simulacro de transmissora da realidade (RALMADES, 1997, p. 9).

Pela análise do corpus selecionado, A Gazeta apresentou uma enunciação oscilante. Num primeiro momento, temo um presidente cuja ação é contrária ao seu *dever fazer* (tentou impedir que fossem reunidas as assinaturas para viabilizar a criação da CPI dos Correios). Depois, notamos um Lula que se torna um sujeito cumpridor de seu papel como presidente e que promete ir às últimas conseqüências, não poupando quem quer que seja culpado. O maior impasse entre o dever fazer e o não querer ocorre na manchete “Lula: ‘cortarei na própria carne, se necessário’” (08/06/05), mas que foi desfeito com a demissão de Dirceu “O Primeiro corte na própria carne” (17/06/05).

Mesmo com um discurso ambíguo, podemos afirmar que a pessoa do presidente Lula foi preservada e que ele emerge com um *saldo positivo* pelo modo de ver de A Gazeta. O mesmo não ocorre com a imagem do Governo petista, para o qual a desqualificação por incompetência e corrupção se manteve constante. Ficou bem demarcada a diferença entre Lula e Governo. É este último quem surge como o sujeito que tenta, mas não consegue, impedir as investigações das denúncias que vão surgindo. Identifica-se um discurso moralista quanto ao dever fazer da atividade política, no qual o jornal se posiciona como um guardião de contratos legitimado pela sanção pragmática do leitor operada pela aquisição contínua de um mesmo jornal (RAMALDES, 1997).

Pouco mais de um ano separa a redação final (30/07/06) deste projeto de iniciação científica do período selecionado para estudo. Entretanto, relatos da própria mídia impressa permitem hoje verificar que a imagem pública do presidente Lula foi preservada da crise política, tendo o desgaste se refletido com mais intensidade sobre o governo, não dissociado pelos jornais do Partido dos Trabalhadores. Tanto que a edição da revista Época (ed. 428, de 31/07/06, seção *Bastidores*, p. 24) revela o distanciamento “estratégico” da campanha de Lula à reeleição do partido que o elegeu e ao qual permanece filiado.

O candidato não petista do PT

Ao contrário de seus antecessores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem dito a amigos que gosta da solidão poder. No início do governo, dizia-se que ele dependia de José Dirceu. Depois, que era teleguiado por Antônio Palocci. Na verdade, muitas vezes Lula usava os ex-ministros para dizer não a pedidos. A mudança veio com a crise do mensalão. Lula acredita que saiu dela sozinho, sem ajuda de nada além de seu carisma. É por isso que o próprio Lula está se afastando gradativamente dos candidatos do PT. A maioria tem poucas chances de eleição, segundo as pesquisas, tira mais votos do que dá ao presidente... O primeiro sinal público do afastamento está nas cores da campanha presidencial: o vermelho do PT dará lugar às cores do Brasil (Época de 31/07/06).

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na comunicação* – 4. ed. São Paulo: Summus, 2003
- BARROS, D. L. P. de. *Teoria Semiótica do Texto*. - 4 ed. São Paulo: Ática, 2002
- DEMETRESCO, Silvia. *Vitrina: construção de encenação*. São Paulo: Senac/Educ, 2001
- DISCINI, Norma. *Sobre o estudo nos jornais: notas esparsas*. Caderno de Pesquisas Sociosemióticas (PUCCPS-COS/USP-FFLCH/CNRS-PARIS), São Paulo, 2002.
- FAUSTO NETO, Antonio. "A sentença dos média; o discurso antecipatório do impeachment de Collor" / in: Brasil: Comunicação, cultura e política, Antonio Fausto Neto (org), Rio de Janeiro, 1994
- FIORIN, José Luiz, *Linguagem e Ideologia*. 3. Ed., São Paulo: Ática, 1993
- FLOCH, Jean-Marie. *Alguns conceitos fundamentais em semiótica geral*. São Paulo: UEL, 2001
- LIMA, Venício de. *Mídia, teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001
- MARCUSHI, Luiz Antônio. *A ação dos verbos introdutórios de opinião*. In: Intercom, São Paulo, XIV (64): 74-92, janeiro – junho de 1991
- NETO, A. FAUSTO/CASTRO, P. CÉSAR/LUCAS, RICARDO J. DE LUCENA. *Mídia-Tribunal: a construção da violência, o caso do Rio de Janeiro*. IN: Comunicação e Política. Ano 1, N 2. Ed. Cebela, Rio de Janeiro: dezembro 1994/março 1995
- RAMALDES, Maria Dalva. *O discurso político sob o olhar semiótico*. São Paulo, PUC, 1997 (tese de mestrado)
- RAMOS, Graça. *Leituras para uma capa de revista: O São Sebastião do Planalto*. In Revista universitas // comunicação, Brasília, v. 2 n. 2, agosto/2004
- ROTHBERG, Danilo. *Política mediada, democracia e elites*. In: *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, 23 (2): 15-39, 2005

7 - ASSINATURA DO ORIENTADOR E DO BOLSISTA

Orientador: Maria Dalva Ramaldes

Bolsista: Ezequiel Vieira Machado

8 - APOIO

Agência de financiamento: Petrobras

9 - AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas colegas de curso Priscila Ricardo, pela disponibilidade de deixar escanear os jornais em sua casa e à Juliana Farias, sempre com as informações adicionais sobre a etapa final deste projeto de iniciação científica. Agradeço também à Dalva Ramaldes, também sempre paciente ao apresentar esse novo mundo da Semiótica Discursiva e que me permitiu adquirir um novo modo de leitura da disputa na cena política.